

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.493 - PR  
(2019/0207303-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : THAMYRES DOS SANTOS MENDES (PRESO)**  
**ADVOGADO : THIAGO ISSAO NAKAGAWA E OUTRO(S) - PR049807**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

**THAMYRES DOS SANTOS MENDES** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 0020324-29.2019.8.16.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta, em resumo, a inidoneidade da motivação adotada para decretar a prisão preventiva da recorrente, pela suposta prática de associação para o tráfico de drogas. Aduz não haver elementos concretos nos autos a embasarem a necessidade da medida extrema.

Requer a concessão de liberdade provisória à acusada, com ou sem a aplicação de outras medidas cautelares.

**A liminar foi indeferida** pelo Ministro **João Otávio de Noronha**, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 22/7/2019 (fls. 192-193).

Prestadas as informações (fls. 198-216 e 277-287), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso ordinário em habeas corpus (fls. 289-295).

**Decido.**

Da análise dos autos, observo que este recurso foi **deficientemente instruído**, porquanto **a inicial não veio acompanhada da cópia da decisão que decretou a prisão preventiva da recorrente**, o que impossibilita a compreensão do caso e inviabiliza o regular processamento deste habeas corpus. Assinalo que o acórdão recorrido não transcreve a referida decisão e que nem o Magistrado de primeiro grau nem a Corte estadual enviaram o citado documento ao prestarem as informações.

O habeas corpus, ação constitucional de natureza mandamental, **exige prova pré-constituída das alegações**, não comportando dilação probatória.

Constitui ônus do impetrante instruir o recurso ordinário em habeas corpus com documentação apta a evidenciar o pretenso constrangimento ilegal ao direito de locomoção, o que não ocorreu *in casu* e **acarreta o seu não conhecimento**. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. **RECURSO EM HABEAS CORPUS**. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA PENAL. SÚMULA 52/STJ. PLURALIDADE DE RÉUS. DIFICULDADE DE CITAÇÃO DAS PARTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO EM HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E IMPROVIDO.

1. A **ausência de peça essencial ao deslinde da controvérsia impede o conhecimento do habeas corpus**, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se prestando à dilação probatória, exigindo-se prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração. **Precedentes**.

[...]

4. Recurso em habeas corpus, conhecido em parte, e nesta extensão, improvido (**RHC n. 83.272/SP**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 6/11/2017, grifei).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - **Impede o conhecimento do recurso em habeas corpus a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva**

# *Superior Tribunal de Justiça*

(precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido (**RHC n. 60.757/RJ**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 24/9/2015, destaquei).

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **não conheço** do recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator